

Ciclos, Seriação e Avaliação: confronto de lógicas

FREITAS, Luiz Carlos de. São Paulo: Moderna, 2003. 96p.

*Eliana Nunes da Silva**

Neste livro o professor Luiz Carlos de Freitas discute, dentro da temática da avaliação, os modelos de *seriação* ou *ciclos*. Numa exposição clara e bastante didática, analisa em quatro breves capítulos a lógica da escola, a lógica da avaliação, a lógica dos ciclos e a lógica das políticas públicas, colocando o leitor a par dessa polêmica.

Ao tratar, no primeiro capítulo, sobre a *lógica da escola*, o autor inicia a discussão sobre como se organizam os tempos e os espaços da escola. Sua construção histórica determina a sala de aula como espaço mais importante da produção pedagógica, que se faz no tempo da seriação dos anos escolares. Recupera alguns ideais da educação moderna, como, por exemplo, a máxima liberal de que a escola deve ensinar tudo a todos, de modo que a desigualdade social deve ser compensada com os recursos pedagógicos da escola.

Para Freitas, esse ideal, que prevalece até os dias de hoje, constitui o que ele chama de “perspectiva ingênua da equidade”, pois a forma como a sociedade está organizada afeta o cumprimento desse papel da escola, o que requer um olhar para a necessidade de eliminação dos desníveis socioeconômicos e da distribuição do capital cultural/social entre os alunos.

Ensinar tudo a todos “pode ser o nosso desejo, mas está longe de ser o compromisso social da escola na atual sociedade”, diz o autor, pois “há uma hierarquia econômica fora da escola que afeta a constituição das hierarquias escolares – queiramos ou não, gostemos ou não”. (p.18)

Analisando em alguns autores os antecedentes da concepção de progressão continuada, apresenta o argumento de que “há que se diversificar o tempo de aprendizagem”, ou seja, é preciso que cada um avance em seu ritmo, usando todo o tempo que lhe seja necessário. A progressão continuada, instituída no Estado de São Paulo em 1998, agrupou em um módulo as séries de 1^a. a 4^a. e, em outro módulo, as séries de 5^a. a 8^a. , sob os argumentos do respeito aos ritmos diferenciados de aprendizagem e da eficácia dos recursos escolares.

* Mestre em Educação pela Unicamp. Professora da Unopec – Sumaré. eli.nunes@uol.com.br

Nesse ponto o autor problematiza as raízes da avaliação na escola e a própria lógica da escola capitalista. Explica que, na formação social capitalista e no desenvolvimento de suas forças produtivas, a função da escola é preparar rapidamente, em série, recursos humanos para alimentar a produção hierarquizada e fragmentada. Nesse aspecto nos deparamos, então, com os processos de aprendizagem artificiais, pois ensinar de maneira tradicional (verbal e por série) é mais rápido que por métodos ativos (pesquisa).

A forma atual da escola diz respeito às necessidades de preparação de mão-de-obra do capitalismo: o conhecimento foi partido em disciplinas e distribuído por anos. “Convencionou-se que uma certa quantidade de conhecimento devia ser dominada pelos alunos dentro de um determinado tempo” (p.27).

No processo histórico de constituição escolar, a avaliação surge como um “motivador artificial” para a aprendizagem. O sistema de avaliação resultante em notas tem o sentido de estimular o aluno para os estudos - “Aprender para trocar por nota” (p.28).

Conclui o autor que essa é a lógica da escola e que decretos não chegam a afetar a trama do processo educativo. “Não foi o professor quem inventou essa lógica: ela faz parte da própria gênese da escola” (p.30). Para Freitas, a lógica da exclusão e a lógica da submissão se completam: caso as crianças não aprendam o conteúdo escolar, aprenderão a ser submissas, pela escola. “Deixadas ao acaso, sem resistências, essas lógicas usuais se cumprem” (p.39).

No segundo capítulo, o autor apresenta a *lógica da avaliação* como aquela que leva a “aprender para mostrar conhecimento ao professor”, e não “aprender para intervir na realidade”. Elabora três segmentos de avaliação do processo pedagógico que ocorre em sala de aula entre professor e alunos: 1º.) Instrucional: baseia-se na demonstração do domínio de conteúdos e habilidades pelo aluno, através de provas e trabalhos. 2º.) Comportamento: expressa o controle e o poder do professor sobre o comportamento do aluno, visando a obediências. 3º.) Valores e Atitudes: sua avaliação se revela nos momentos em que o professor critica os valores e atitudes do aluno, humilhando-o.

Tal explicação evidencia o peso da avaliação informal no processo ensino-aprendizagem, como uma categoria importante que desvela mecanismos de exclusão da escola, tão “eficientes” quanto aqueles expressos na falsa neutralidade da avaliação formal.

O terceiro capítulo analisa a *lógica dos ciclos*, e Freitas afirma: “os ciclos procuram contrariar a lógica da escola seriada e sua avaliação”. Só por isso, já devem ser apoiados. Não eliminam a avaliação formal, muito menos a informal, mas redefinem seu papel (...)” (p.51).

O autor aborda de forma positiva as experiências lançadas pela Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte e de Porto Alegre, na implantação dos

“ciclos de formação”, subdivididos entre infância, pré-adolescência e adolescência. Orientando-se pelo tempo de formação do próprio desenvolvimento humano, os parâmetros a serem seguidos pelo professor baseiam-se nas características pessoais e nas vivências socioculturais.

O autor acrescenta a essa visão a noção de que os ciclos devem planejar suas vivências, estabelecendo forte vínculo com a realidade social (no sentido de apontar suas contradições). Também se revela a noção do trabalho coletivo e da solidariedade como ancoragem da aprendizagem: “estudantes não ‘exploram’ o professor, professor não ‘explora’ o estudante e estudante não pode ‘explorar’ estudante”. (p.59). A diferença está no fato de o professor ser mais experiente do que o estudante. “Devolver essa relação à sua naturalidade é algo fundamental como princípio educativo”. (p.59)

Outra dimensão apontada pelo autor diz respeito à auto-organização dos estudantes. “Ao ‘re-situarmos’ a posição do aluno, seremos levados a discutir a posição de todos os atores no processo educativo (...) – a escola deve ser o palco dessa aprendizagem (...)” (p.62), tendo em vista que as relações devem ser horizontalizadas e não baseadas na aprendizagem da subordinação.

No quarto capítulo, ao discutir a *lógica das políticas públicas*, o autor opina que os ciclos não devem ser implantados como política pública que determine sua adoção em massa – as escolas devem ter autonomia para fazer a opção pelos ciclos. Nesse aspecto, o autor critica a implantação da progressão continuada no Estado de São Paulo, pois, nesse sistema, a avaliação assume papel de controle e atua para implementar verticalmente uma política pública.

O autor apresenta um quadro esquemático, estabelecendo diferenças entre os princípios e as concepções do sistema de *Progressão Continuada* (concepção conservadora e liberal) e aqueles dos *Ciclos* (propostas transformadoras e progressistas).

A avaliação do desempenho da escola, em São Paulo, prepara-a para um quase-mercado, através dos mecanismos de competição, punição, comparação e premiação.

Essa é a visão de qualidade que informa as políticas públicas neoliberais (...), para monitorar os resultados das escolas de forma quantitativa e genérica (...), criar competição (...) e reduzir gastos – o modelo é amplamente conhecido e aplicado no campo empresarial. (p.80-81)

Conclui o autor que os ciclos devem ser vistos como um processo de mobilização e tomada de consciência dos reais impedimentos para que os estudantes aprendam, gerados por uma estrutura social injusta.

Esta obra do professor Luiz Carlos de Freitas expressa seu valor pela atualidade da temática e pela profundidade das críticas que apresenta sobre a escola, marcada

pela generosidade de não culpar apressadamente o professor pelos problemas surgidos na realidade, sem, no entanto, iludi-lo pelo caminho da inovação alienante, tão presente nos discursos pedagógicos atuais.

Recebida em 03 de novembro de 2004 e aprovada em 26 de novembro de 2004.